




## A pesquisa na Internet: reflexões metodológicas para o Serviço Social

Internet Research: Methodological reflections for Social Work

Milena Carlos de Lacerda \*

 <https://orcid.org/0000-0003-1299-8296>

Carla Cristina Lima de Almeida \*\*

 <https://orcid.org/0000-0002-8828-4997>

### RESUMO

Este estudo oferece reflexões sobre a pesquisa com mídias digitais e audiovisuais, com ênfase nos usos da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), bem como o desafio de estabelecer uma relação crítica entre essas áreas e o Serviço Social. A análise é conduzida através de uma reflexão teórica, ética, metodológica e conceitual no contexto das transformações societárias na conjuntura sociopolítica brasileira. O recorte integra uma pesquisa de doutorado que busca compreender como os pensamentos e práticas políticas da extrema direita veiculados na Internet se articulam e se difundem em torno das pautas de gênero e sexualidade no Brasil. Baseando-se em uma abordagem dialética crítica de cunho qualitativo, foram analisadas 12 produções audiovisuais da Plataforma Brasil Paralelo (BP). A pesquisa destaca o impacto da Internet na polarização política e no crescimento de radicalismos antidemocráticos, especialmente na organização de grupos de extrema direita e na disseminação de notícias falsas. Não é por acaso que a BP, fonte dos dados da pesquisa, escolheu a Internet como principal meio de intervenção para adulterar o passado, disputar o imaginário coletivo e propor alternativas sociopolíticas alinhadas ao neoconservadorismo. Conclui-se que a questão central não reside em uma análise simplista dos efeitos da Internet, mas na compreensão mais ampla das transformações sociopolíticas promovidas pelas TICs no contexto contemporâneo.

### PALAVRAS-CHAVE

Mídias Digitais; Metodologia; Extrema Direita; Serviço Social.

---

\*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente no Departamento de Fundamentos Teórico-práticos do Serviço Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: [milenalacerdaseso@gmail.com](mailto:milenalacerdaseso@gmail.com)

\*\*Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Campinas, Brasil). Docente no Departamento de Fundamentos Teórico-práticos do Serviço Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: [carlacristina.almeida@yahoo.com.br](mailto:carlacristina.almeida@yahoo.com.br)

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p327-342



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**ABSTRACT**

This study offers reflections on research with digital and audiovisual media, with an emphasis on the uses of the Internet and Information and Communication Technologies (ICTs), as well as the challenge of establishing a critical relationship between these areas and Social Work. The analysis is conducted through a theoretical, ethical, methodological and conceptual reflection in the context of societal transformations in the Brazilian socio-political situation. The study is part of a doctoral research that seeks to understand how the political thoughts and practices of the extreme right are articulated and disseminated around gender and sexuality issues in Brazil. Based on a critical dialectical approach of a qualitative nature, twelve audiovisual productions from the Parallel Brazil Platform (BP) were analyzed. The research highlights the impact of the Internet on political polarization and the growth of anti-democratic radicalism, especially in the organization of extreme right-wing groups and the dissemination of fake news. It is no coincidence that BP, the source of the research data, chose the Internet as the main means of intervention to adulterate the past, dispute the collective imagination and propose socio-political alternatives aligned with neoconservatism. It is concluded that the central issue does not lie in a simplistic analysis of the effects of the Internet, but in the broader understanding of the social transformations promoted by ICTs in the contemporary context.

**KEYWORDS**

Digital Media; Methodology; Far Right; Social Work.

**Introdução**

As inovações tecnológicas promovidas pela Web 2.0<sup>1</sup> aceleraram as trocas e conexões, reduziram custos e permitiram o desenvolvimento de diversos dispositivos móveis mais acessíveis. Essa era tecnológica facilitou o compartilhamento em larga escala e a navegação por plataformas interconectadas, permitindo que os usuários produzissem, editassem e compartilhassem seus próprios conteúdos. Contudo, essa visão superficial oculta a complexidade das mídias digitais contemporâneas, que revelam a diluição das fronteiras entre telecomunicações, radiodifusão e big data, resultando na mercantilização da vida por meio da digitalização, datificação e intensificação da vigilância. O discurso rápido, simples e emocional tornou-se predominante, afetando a forma como as pessoas consomem e interpretam informações, tornando-se um terreno fértil para a pulverização das *fake news* e radicalismos políticos.

Com base nessa percepção, neste artigo propõe-se refletir sobre a influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na conjuntura sociopolítica brasileira e a sua relevância na pesquisa científica no âmbito do Serviço Social, a partir de um recorte da pesquisa de doutoramento que buscou compreender como se gesta, fortalece e difunde os pensamentos e práticas políticas da extrema direita em torno da pauta de gênero e sexualidades no Brasil.

Os dados analisados foram coletados a partir dos aspectos narrativos, conteudísticos e visuais da Plataforma Brasil Paralelo (BP), considerada um aparelho privado de hegemonia à luz da teoria gramsciana. Neste estudo, discutem-se as noções, valores e a visão de mundo promovidos nos documentários lançados durante o processo de fascistização do Brasil, com ênfase na disseminação de pânico morais vinculados à ascensão da direita

---

<sup>1</sup> Na transição do século XX para o XXI ocorreu uma revolução digital com o surgimento da Web 2.0, um termo criado para se referir à segunda fase da Internet. De forma geral, essa nova fase foi marcada pela introdução de diversas ferramentas que possibilitaram uma interação mais dinâmica e colaborativa, configurando um momento de transição para a rede mundial de computadores, que passou a substituir os sites estáticos, que apenas disponibilizavam informações, pelo desenvolvimento de comunidades dinâmicas, caracterizadas pela interação constante entre os criadores de conteúdo e os usuários (Pinheiro, 2022, p. 11).

neoconservadora e neoliberal. Para tal, analisamos 12 produções audiovisuais eleitas pela intersecção com o debate de gênero, raça/etnia, sexualidade, família, neoconservadorismo, extrema direita e formação social brasileira. Os vídeos totalizam cerca de 2.337 minutos, sendo dois episódios de Programas da BP e dez séries documentais originais. Embora, dispense avaliação ética e o registro do consentimento livre e esclarecido (Fiocruz, 2020; Brasil, 2021), optamos pelo anonimato parcial<sup>2</sup> das narrativas expostas nas séries documentais analisadas, evitando referências diretas à identidade dos/as entrevistados/as. Naquele momento, interessava-nos interpretar os conteúdos e os significados a partir das coincidências narrativas, à luz de uma perspectiva socio-histórica.

No intuito de apreender o enredo e as tramas políticas, econômicas e ideológicas, à luz dos objetivos desta investigação e da teoria social crítica, lançamos mão da abordagem qualitativa e da análise de conteúdo, oportunizando a reconstrução permanente do objeto de análise. A opção pela análise de audiovisuais pulverizadas no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se justifica ao reconhecermos que as fontes visuais demandam interpretação e não devem ser subestimadas em relação a outras formas de compreensão da realidade, uma vez que possuem validade socio-histórica significativa.

Os materiais audiovisuais veiculados na Internet<sup>3</sup> emergem como um recurso privilegiado para a investigação de objetos e contextos históricos específicos, visto que tanto refletem quanto moldam a realidade, ao passo que exercem uma função crucial na construção de narrativas, na criação de imagens e estereótipos, na sedução e legitimação de comportamentos, na definição de formas de pertencimento social, na formação de opiniões e na disseminação de valores e ideologias.

Nessa linha argumentativa, é importante fazermos um acréscimo: as ideias, efeitos de sentido, ideologias, narrativas e conteúdos desempenham um papel significativo no mundo concreto, porém não são geradores da realidade social, conforme defendia Hegel. Esse autor sustentava a proposição de que as ideias precediam a realidade, manifestando-se como a expressão externa da consciência. No entanto, o pressuposto materialista entende que não é a consciência que determina a estrutura social, mas, sim, a estrutura social que determina a consciência (Marx; Engels, 2009).

Sendo assim, entendemos que não há mais como negar o importante impacto da Internet na polarização e nos radicalismos antidemocráticos, especialmente na organização de grupos da extrema direita e disseminação de notícias falsas que se proliferam no ambiente digital.

---

<sup>2</sup> Identificamos os interlocutores que possuem vida pública, à exemplo do Olavo de Carvalho e do Jair Bolsonaro.

<sup>3</sup> “[...] a Internet é formada em sua maioria por agentes econômicos; um universo que vai das operadoras de acesso à web a todo o ecossistema de oferta de serviços e aplicativos; das grandes a pequenas empresas *startups*. Diferentemente da ideia de Internet como rede descentralizada, espaço de plena diversidade e pluralidade, o que tem se visto na última década é a concentração do fluxo de conteúdos em poucas e gigantes plataformas, num processo potencializado pela coleta massiva e o tratamento de dados pessoais, que tem moldado os mais diversos aspectos da vida social” (Coalização Direitos na Rede, 2019, p. 4). Neste estudo, compreendemos que a Internet é parte fundamental das TICs que abrangem um amplo conjunto de tecnologias, ferramentas e sistemas que atuam na transmissão, processamento e armazenamento de informações.

## Traçando caminhos metodológicos: o serviço social e a pesquisa na Internet

Christine Hine (2020), referência em estudos digitais, aborda questões metodológicas e estratégias para definir o campo de pesquisa na Internet, destacando a interconexão entre on-line e off-line e a experiência corporificada. Ela rejeita a dicotomia entre os mundos real e virtual, argumentando que a Internet está inserida em diversas molduras contextuais e que sua utilização é tanto pessoal quanto cotidiana. A autora considera a Internet um fenômeno que cria e é criado pelo contexto, promovendo novos tipos de audiência, interações e significados. Dessa forma, a Internet não atua como um agente externo, mas como uma tecnologia integrada ao cotidiano e às circunstâncias culturais e políticas dinâmicas (Hine, 2020).

Com a potencialidade do seu espraiamento e disseminação, vigorava a percepção de que a Internet dava acesso a outro tipo de espaço, distinto e transcendente em relação à vida cotidiana: o ciberespaço. Lins, Parreiras e Freitas (2020) registram que, com a consolidação da Internet sem fio e a popularização dos *smartphones*, deixamos de “entrar na Internet” e passamos a vivermos submersos nela, ou no mínimo a termos nossas vidas atravessadas pela crescente onda de digitalização e mediação das relações que supõe que se estabeleça um mínimo de relação com tecnologias digitais e a comunicação on-line, seja de modo informal, formal, profissional, institucional ou interpessoal.

Interpretado como se fosse de outro domínio, estabelecia-se a fronteira entre o mundo público e o mundo privado, a partir de uma suposta liberdade, transitoriedade e anonimato. Não por acaso, ainda hoje, impera o ideário da Internet como “*terra sem lei*”, onde as pessoas podem se manifestar como bem entenderem, a exemplo das ondas de cancelamento<sup>4</sup> e de *haters*<sup>5</sup>.

Compreender a complexidade dos usos da Internet e do digital na sociedade contemporânea exige refletir sobre como diferentes sujeitos se apropriam, criam, divulgam e recebem conteúdos. O acesso e a exclusão no uso de dispositivos, redes e formas de interação são influenciados por fatores como classe social, raça, gênero, geração, território e sexualidade (Lins; Parreiras; Freitas, 2020), pois, ao mesmo tempo que é fruto das transformações da sociedade, a Internet promove mudanças nas formas de relação, através da imersão, apropriação e ressignificação da própria cotidianidade.

O aumento vertiginoso da Internet devido ao seu constante crescimento e longo alcance não foi suficiente para afastar desconfiças ético-metodológicas quanto à sua validade e possibilidade de campo, fonte e instrumento de pesquisa. A necessidade de constante

---

<sup>4</sup> A cultura do cancelamento ganhou destaque global com a campanha #MeToo em 2019, que denunciava assédio e abuso sexual. Essa cultura é uma reação punitiva a comportamentos considerados errados ou questionáveis nas mídias digitais, envolvendo práticas de linchamento virtual que afetam tanto celebridades quanto pessoas anônimas. O “tribunal digital” promove ataques simultâneos, como hostilização, boicotes, perseguições, ameaças, exposição e desvalidação social.

<sup>5</sup> Em tradução literal, “hater” significa “odador”. O termo ganhou popularidade no contexto digital para descrever perfis que perseguem, difamam, ofendem, ameaçam e disseminam discursos de ódio nas plataformas on-line. Esses comportamentos podem ser direcionados a qualquer pessoa, incluindo celebridades, influenciadores, indivíduos comuns ou grupo específico.

problematização desse campo de conhecimento nos adianta a percepção do lugar social que a Internet adquiriu na prática da pesquisa científica.

Observa-se um número crescente de estudos envolvendo a Internet, seja em ambientes virtuais, seja lançando-se mão de ferramentas digitais, através da observação, pesquisa, documentação ou da própria interação com interlocutores/as por meio de entrevistas e questionários.

Sabe-se que esse campo de pesquisa foi impulsionado pelas restrições de circulação decorrentes da pandemia da Covid-19, que no Brasil vitimou mais de 700 mil pessoas e mais de sete milhões ao redor do mundo, de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde. Nessa linha argumentativa, é importante dizer que a pandemia acentuou os estudos digitais, mas não os criou, pois já havia certa mobilização de pesquisadores/as nos âmbitos nacional e internacional em favor das discussões sobre o impacto e implicações das mídias digitais e audiovisuais, Internet e novas TICs.

A ampla bibliografia encontra-se, sobretudo, nos diferentes campos disciplinares de caráter qualiquantitativo, diversificados nos âmbitos das Ciências Humanas e Sociais, Antropologia, Ciências Políticas, Comunicação, História e Sociologia — e mais recentemente no Serviço Social. Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social vem realizando a incorporação das tecnologias no seu espaço de trabalho, cujo ápice se deu com o isolamento da pandemia e os impactos sociais provocados pelo fenômeno do capitalismo de vigilância<sup>6</sup>.

Observando o caráter histórico e social dos processos societários, Veloso (2021) vem pesquisando as possibilidades de articulação entre o Serviço Social e as TICs entendendo essa tecnologia como resultado de um trabalho acumulado pela sociedade, tratando-se de um indicador da riqueza socialmente produzida e de um meio para sua reprodução, sendo expressão do processo de desenvolvimento. Nesse aspecto, o estudo da Internet não recai apenas sobre o reconhecimento das ferramentas metodológicas possibilitadas pelas pesquisas mediadas por esse recurso, porquanto abrange, principalmente, uma reflexão teórica e conceitual a respeito das TICs no contexto das transformações contemporâneas e societárias. De antemão, evitamos cair na armadilha de enxergar a Internet como algo puramente funcional, neutro, tecnicista e desconectado da prática profissional e da vida social.

Sendo assim, partimos da premissa que a Internet não pode mais ser separada do cotidiano das relações pessoais e profissionais. A pesquisa da Global Digital Report de 2019 aponta que o/a brasileiro/a passa, em média, 9 horas e 29 minutos por dia conectado, superando a média mundial. O Brasil tem 140 milhões de usuários frequentes de redes sociais — 10

---

<sup>6</sup> Para Zuboff (2021, p. 07), a era do capitalismo de vigilância refere-se à experiência humana sendo tratada como matéria-prima gratuita, ou seja, um produto para práticas comerciais dissimuladas por meio da extração, previsão, venda e exploração massiva dos dados pessoais dos usuários, visando sua monetização e controle. Nesse contexto, o capitalismo de vigilância se baseia na extração de dados comportamentais e na previsão de ações futuras dos indivíduos por meio do monitoramento constante de suas atividades online, o que impacta a democracia, a privacidade e as liberdades individuais. Esses dados são utilizados para criar perfis detalhados dos usuários, direcionar anúncios personalizados, influenciar comportamentos e até mesmo manipular opiniões e decisões (Zuboff, 2021).

milhões a mais do que em 2018, que investem 3 horas e 34 minutos de seu tempo diário nos aplicativos (Coalização Direitos na Rede, 2019).

Ao mesmo tempo em que é moldada pela sociedade, a Internet também molda novas formas de mediação que têm um impacto direto na vida dos indivíduos. Os algoritmos, por exemplo, que possuem pouca ou nenhuma regulamentação democrática, são capazes de reconhecer nossas condições de humor, nossos padrões de consumo, nossas filiações partidárias, nossos hábitos afetivos e sexuais, assim como manipular necessidades e interesses que, inclusive, não somos capazes de antever (Finger, 2021).

A título de exemplo, podemos citar o estrategista da campanha presidencial de Donald Trump em 2016, Steve Bannon, ex-diretor da Cambridge Analytica, uma empresa de análise de dados acusada de utilizar informações de mais de cinquenta milhões de usuários de plataformas digitais sem consentimento. Essa empresa teria empregado esses dados para direcionar propagandas políticas em apoio à eleição de Trump, o que levanta preocupações sobre a integridade dos processos eleitorais e a soberania política em diversas nações. Além dos Estados Unidos, há indícios de que a Cambridge Analytica também tenha influenciado as eleições de 2018 no Brasil, contribuindo para a ascensão de Bolsonaro (Pereira, 2019).

Concomitante, as TICs também possibilitaram novas formas de expressão, denúncia, resistência e organização, dando visibilidade a grupos e ideias tradicionalmente marginalizados no contexto social. O cenário digital da sociedade contemporânea favoreceu a interação social e a rápida difusão de conteúdos em larga escala, ampliando as trocas culturais, intelectuais, ativistas e transfronteiriças.

Não podemos deixar de mencionar, ainda que brevemente, as manifestações contrárias às políticas draconianas no decorrer desse tempo histórico. Paralelamente, fizemos o esforço de não tomar os processos sociais apenas do ponto de vista do capital, posto que temos uma oposição maior e mais intensa da sociedade organizada por partidos políticos e pelos movimentos sociais que intensificam as lutas na América Latina. No Brasil, tivemos a histórica manifestação liderada por mulheres em várias cidades, de norte a sul do país, reunindo diversas vertentes políticas. O “Movimento Ele Não” (2018), foi uma reação contundente às abordagens misóginas, sexistas e antidemocráticas do então candidato Jair Bolsonaro, que naquele momento liderava as intenções de voto.

Em confronto ao projeto voltado aos interesses do mercado e da reprodução capitalista, Veloso (2021) evidencia o projeto de radicalização da democracia na disputa pelo potencial estratégico das novas TICs, combinada a outras formas de resistência social. Segundo esse autor, tal direção possibilita a defesa e a ampliação dos direitos, o aumento das informações (e, portanto, das expressões da riqueza socialmente produzida), a socialização do conhecimento, o acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e a participação nos processos de mobilização social.

O contexto tecnológico das mídias sociais e audiovisuais inseridas nas TICs adquiriu um caráter de mobilização e deliberação na comunicação e circulação de informações, sobretudo nas duas últimas eleições presidenciais no Brasil (2018 e 2022), estabelecendo

uma relação entre as redes e os movimentos de rua, no espectro da esquerda e principalmente da extrema direita organizada.

A matéria intitulada “A máquina barulhenta da direita na Internet” de autoria de José Fucs, publicada no Jornal Estadão em 2017, recupera os dados da pesquisa ePoliticSchool (EPS) na qual consta que o número de interações em páginas de direita havia chegado a 14,7 milhões no período pesquisado, mais que o dobro dos 7,1 milhões registrados em páginas de esquerda. O estudo analisou 150 páginas de influenciadores, veículos de mídia, políticos e partidos, apontando também que 60,5% dos fãs das páginas analisadas eram ligados a correntes de direita (Fucs, 2017).

Sabemos que a análise do crescimento da extrema direita não pode prescindir da compreensão do papel desempenhado pela Internet e pelas TICs. Não é uma mera causalidade que a Plataforma Brasil Paralelo, lócus que coletamos nossos dados de pesquisa, optou por capitanear a Internet como principal forma de intervenção e disputa no imaginário coletivo. Evidentemente, é notável a ampla disseminação dos *links*, vídeos, memes e conteúdo considerado “informativo” produzidos pela BP nos grupos das mídias digitais vinculados às redes de apoio político do Governo Bolsonaro.

Bolsonaro, um candidato de extrema direita, encontrou esse terreno fértil para a sua ascensão ao aproveitar-se da alienação cotidiana, por meio da desinformação, agravada pela proliferação das mídias sociais. Um exemplo disso é o fato de que, em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu cerca de 6.658 declarações falsas ou distorcidas (Aos Fatos, 2022).

Com base nessas questões e nos desafios da pesquisa na Internet, elegemos 12 produções audiovisuais da BP<sup>7</sup>, que se justificam no 1) O fato da plataforma agregar vários expoentes da extrema direita brasileira como analistas do contexto socio-histórico; 2) Ser um canal de divulgação das teses olavistas; 3) Ser indicada pelos movimentos bolsonaristas como fonte legítima de conhecimento; 4) Possuir capilaridade entre as franjas da extrema direita, contando com uma gama heterogênea de usuários; 5) Apresentar crescimento exponencial com alta taxa de lucratividade, assim como produção meteórica sobre diferentes assuntos e variados mecanismos de divulgação; 6) Utilizar notórias estratégias de *marketing* digital; 7) Estabelecer-se como conteúdo pago e com a possibilidade de ter assinantes, mas, ao mesmo tempo, disponibilizar conteúdo gratuito na Internet; 8) Possuir evidente agenda doutrinária, reacionária, conservadora e neoliberal; 9) Vender-se como fonte de informação em oposição às instituições educacionais, que segundo seus membros, estão tomados pela máquina esquerdista; 10) Compilar conteúdos representativos da temática analisada; 11) Possuir particular relevância de alcance na conjuntura atual, contando com Canal no YouTube e perfis no Instagram, no Facebook e no Twitter; e 12) Pretender ser a empresa de mídia mais influente do ecossistema cultural brasileiro, de acordo com um dos seus sócios.

---

<sup>7</sup> Brasil: a última cruzada: o resgate da história do Brasil, Congresso Brasil Paralelo, Como identificar um conservador, 1964: Brasil entre armas e livros, A direita no Brasil, Donos da Verdade, O dia depois das eleições: antecipando ameaças e oportunidades, O teatro das tesouras: a política nua e crua, Entrevista Ângela Gandra – Contraponto, As grandes minorias, A face oculta do feminismo e Pátria Educadora.

No próximo tópico, exploraremos os elementos teóricos, metodológicos, éticos e políticos que fundamentam a pesquisa científica, com foco na coleta de dados realizada por meio das mídias digitais na Internet.

### **Navegando nas ondas audiovisuais: experiência de campo**

No final de 2023, a Plataforma BP alcançou 3,4 milhões de inscritos no YouTube. Trata-se de uma plataforma neoconservadora e neoliberal que *surfou na onda* da ascensão autoritária, sobretudo no contexto das manifestações *pró-impeachment* em 2015 e conseguiu capitalizar e divulgar materiais midiáticos de desinformação sobre a história brasileira, arte, economia, política, meio ambiente e política de educação, no intuito de disputar narrativas.

A empresa engrossou as fileiras do movimento composto pelo “Movimento Brasil Livre (MBL)”, “Vem pra Rua”, “Endireita Brasil” e “Canal de Direita”, no contexto da Reforma do Ensino Médio via Medida Provisória nº 746/2016 e da PEC do Teto de Gastos. Firmou-se como porta-voz do espectro heterogêneo de uma direita radicalizada, sobretudo após o golpe midiático, jurídico e parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff.

A empresa surge em 2016 em Porto Alegre (RS), por iniciativa dos empreendedores Filipe Valerim, Henrique Viana e Lucas Ferrugem, cuja ideia é forjada no contexto das manifestações políticas em 2013, tendo como propósito, segundo eles, “resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros” (Brasil Paralelo, 2022). Santos (2021) aponta a peculiaridade histórica do surgimento dessa plataforma que é atravessada por um refluxo conservador sentido a partir dos anos 2010, em meio ao processo de esgotamento do pacto de conciliação de classes que marcou a transição pelo alto rumo à democracia e, em particular, como resultado dos impactos da crise internacional do capital irrompida em 2008.

A BP conta com uma elaborada e milionária estratégia de *marketing* para recriar, de forma idealizada e distorcida a memória social do Brasil, por meio de fatos contemporâneos e históricos que são mistificados e descolados da realidade social, no intuito de forjar uma mentalidade entre os/as brasileiros e internalização de consensos necessários à reprodução neoconservadora e neoliberal.

A abordagem gramsciana postula que a conquista do consenso envolve um processo de “aceitação e consentimento” por parte de uma determinada classe social. Esse processo está intimamente ligado a um grupo social que busca manter sua base de apoio e expandir sua influência ideológica. A classe dominante usa uma estrutura ideológica que se baseia na manipulação, no uso da força, na alienação e no consenso/coerção social para conquistar uma base socioinstitucional e direção política, a fim de alcançar a hegemonia. Assim, a obtenção gradual do consenso, a partir da penetração e impregnação de ideias, pressupõe uma reforma que se baseia em premissas éticas e morais, para conduzir o bloco da classe dominante ao poder e à conquista da hegemonia.

Nessa perspectiva, as referências de criação da BP advêm do Instituto Ultraliberal Mises, que possui ideias liberais austríacas e estabelece relações com entidades ultraliberais, tais como Instituto Millenium, o Instituto de Estudos Empresariais, o Fórum da Liberdade, o Instituto Liberal, o Instituto Borborema. Além disso, vincula-se aos cursos on-line de



Filosofia ministrados pelo falecido guru Olavo de Carvalho<sup>8</sup>, cujas ideias são citadas na maior parte das séries documentais analisadas.

No intuito de contrapor-se à historiografia crítica, a BP vende-se como um projeto de longo prazo alicerçado num universo de informações alternativas, através da divulgação de documentários, entrevistas, filmes, *lives*, *podcasts*, artigos, aulas, cursos, *workshops*, *e-books* e trilógias dispostos nas diferentes mídias sociais na Internet, com produções para todas as faixas etárias e diferentes possibilidades de acesso ao seu conteúdo (celular, TV, *notebook*). Inclusive, contrata salas de cinema para exibição de seus documentários, realiza dinâmicas presenciais e palestras em escolas, e fomenta a formação de grupos fechados de discussão para debater os assuntos das séries documentais.

De acordo com matéria “Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser ‘Netflix da direita’”, divulgada pela Folha de São Paulo em 2021, a empresa, já com sede em São Paulo, conseguiu um aumento meteórico de 335% no faturamento, pretendendo ser a “Netflix da direita” (Zanini, 2021). De acordo com o site da BP, a empresa “sem qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo”, ultrapassa 6,9 milhões de expectadores únicos em 2022 e mais de 550 mil membros assinantes<sup>9</sup>.

Considerando tais aspectos, a coleta de dados foi realizada numa plataforma de *streaming* com produções audiovisuais e originais, chamada Plataforma Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, que até o momento da realização dessa pesquisa contava com diferentes planos de assinatura, mediante o pagamento mensal: o básico (R\$ 19), o intermediário (R\$ 39) e o acesso total 4K (R\$ 59).

Optamos em não assinar o conteúdo exclusivo (e, portanto, pago), porque estávamos interessadas na capilaridade das ideias de gênero e sexualidade da extrema direita, principalmente no movimento bolsonarista. Entretanto, tivemos que alterar esse percurso metodológico, pois alguns vídeos e documentários essenciais para a pesquisa foram retirados do canal do *YouTube* em 2022, o que denota, em certa medida, o ritmo das mudanças, a velocidade e as efemeridades que esse campo de pesquisa apresenta.

A ação deliberada ocorre no contexto da disseminação de *fake news* no processo eleitoral para presidente do Brasil em 2022, no qual o TSE determinou a desmonetização da

---

<sup>8</sup> Para observadores desatentos, a aparição de Olavo de Carvalho no cenário nacional pode ter parecido súbita e superficial, mas a potência da sua mensagem se deve há anos de preparação e estudos passados na obscuridade. Alçado ao reconhecimento por ousar questionar os luminares da esquerda quando isso era um tabu, a mensagem de Olavo de Carvalho conquistou brasileiros cansados de serem tutelados pela intelectualidade nacional, cujas ideias ele contestou em livros e artigos. Mais do que tudo, foi contra a ideologização do pensamento que a voz do Olavo de Carvalho se fez ouvir, sua aparição ressuscitou no debate público brasileiro a discussão mais antiga do mundo que tinha sido travada entre Platão e Sofistas, entre Jesus Cristo e Pôncio Pilatos. O debate entre aqueles que acreditam que a verdade é relativa e aqueles que acreditam que a verdade existe. A obra de Olavo distribuída em 40 livros, em milhares de horas de aula, foi a herança que ele deixou para os brasileiros, um misto de erudição e ironia que, após sua morte em janeiro de 2022, possibilita suas chances de permanência e importância para a posteridade. A partir de agora, o veredito do “Olavo tem razão” será posto à prova pela perspectiva da eternidade, julgadora de todos os filósofos” (Brasil Paralelo, 2023).

<sup>9</sup> Em 2021, a BP estabeleceu um convênio com o G10 das Favelas que previa a concessão de centenas de assinaturas para os/as moradores da Favela de Paraisópolis em São Paulo e a proposta de um cine clube com as produções do *streaming*.

produtora, sob o argumento da divulgação de conteúdos desinformativos em larga escala, sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados. Um vídeo publicado no Canal da BP no YouTube, que registrava 1,3 milhão de visualizações, supostamente demonstrava que, de acordo com estudos internacionais, havia 73,14% de chances de ter ocorrido fraude nas urnas eletrônicas nas eleições de 2014. Tais vídeos foram utilizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo seu filho Eduardo Bolsonaro, grande entusiasta da plataforma, para fomentar *fake news* e questionar a lisura do processo eleitoral de 2018, no qual Jair Bolsonaro foi eleito.

Essa importante ação de derrubada de conteúdos impossibilitou que a pesquisa fosse realizada através do YouTube. Ademais, a BP foi alvo de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19, que solicitou quebras de sigilos telemático, fiscal e telefônico de divulgadores de *fake news* por terem influenciado e fomentado a radicalização política direcionada pelo Palácio do Planalto no período da pandemia. Assim, a BP foi obrigada, sob pena de multa, a retirar do ar uma série de vídeos que até então eram veiculados livremente.

Assim, o acesso à conta do *streaming* foi oportunizado pela inserção num grupo de pesquisadores/as que, em diferentes frentes, estão investigando a atuação da BP, não gerando, portanto, custos orçamentários ao desenvolvimento da pesquisa.

A abordagem de natureza qualitativa oportunizou conhecer a complexidade dos fenômenos sociais, as interações sociais e as relações que se estabelecem entre indivíduos, grupos e instituições. Ela permite que se aproxime do universo a ser pesquisado e compreenda suas perspectivas, valores, experiências e vivências. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita a análise de processos dinâmicos, contextuais e historicamente situados (Minayo, 2016).

A análise de conteúdo, conforme Setúbal (1999), permite interpretar mensagens e expressões sociais além do aparente, alinhando-se à perspectiva materialista e dialético-crítica. Com base na análise de conteúdo dos audiovisuais, enfatizamos o aspecto representacional que considera as palavras da mensagem e suas repetições, bem como as afirmações, as negações e os aspectos de destaque. Assim, as técnicas de coleta de dados focaram na análise audiovisual e revisão bibliográfica, por meio de mediações teóricas e conceituais, para formular hipóteses interpretativas sobre o fenômeno estudado.

A abordagem dos elementos audiovisuais abrange a descrição, a estrutura e a análise crítica, através de uma Matriz de Coleta de Dados que envolve: I) Informações gerais, tais como título, data de lançamento, roteiro, direção e duração; II) Ideia central, descrição dos vídeos e dos episódios, construção do documentário, público-alvo, conceitos, obras e autores/as citados/as, entrevistados/as, imagens, articulação com legislações, dados históricos, dados contemporâneos (2010/2020), locais citados, principais narrativas, frases e matérias veiculadas no site da BP; e III) Percepções da pesquisadora.

Esse roteiro segue as orientações de Risk e Santos (2021), que salientam a importância de a pesquisadora explicitar os procedimentos adotados no processo de delimitação de critérios para simplificar/transcrever os materiais, dado que o material tabulado não representa a cópia do original, mas a produção de um novo resultado, visto que se trata de

uma espécie de tradução de uma linguagem para outra, na qual são feitas escolhas sobre qual informação será priorizada.

No artigo “Vídeo, filme e fotografia como documentos de pesquisa”, Loizos (2008) chama a atenção para as limitações desse tipo de coleta em relação ao falseamento e manipulação dos registros visuais. Nessa pesquisa em particular, iremos notar a distorção compulsória e a mistificação da realidade, principalmente no manejo das imagens, no recorte dos vídeos e nas referências descontextualizadas que reificam os fatos históricos.

No âmbito do enunciado e da escolha imagética, percebe-se a utilização de argumentos num tom de convencimento para dar credibilidade a uma suposta verdade enunciada através de um estilo jornalístico marcado por uma estética de noticiário. A legitimação é conferida pelo elenco de 133 entrevistados/as nas peças audiovisuais analisadas com vastos currículos políticos e acadêmicos. Para legitimar a posição de classe, cria-se os próprios intelectuais, no intuito de homogeneizar, divulgar, conscientizar e promover seus interesses, ao passo que se neutralizam as contradições e fortalecem seus interesses (Santos, 2021).

Assim, oferecem níveis de leitura e interpretação da realidade, numa tentativa de conferir poder, objetividade e profissionalismo. As séries documentais são acompanhadas da voz do narrador concomitantemente a um rosto e um corpo que conferem dimensões ao que está sendo dito, além do emprego de formas de imagens e oralidades tradicionais, gestos e vocabulário clássico. Entre os/as entrevistados/as, nota-se que 82,7% são homens cisgêneros, majoritariamente brancos, enquanto mulheres representam 17,29%. Somente quatro pessoas negras participaram da amostra de 12 documentários.

Numa apresentação persuasiva, sedutora e sensacionalista por meio de cartelas panfletárias com a voz do narrador, embebidas de teorias da conspiração, as produções da BP apontam que irão revelar em primeira mão algo nunca visto nas mídias tradicionais, nas universidades e nos círculos sociais. A narração, frequentemente, conta com a voz-over que faz a síntese final dos documentários, através da entonação da fala que em geral repete frases clichês.

Tudo custou caro para o Brasil e para o mundo — para a educação, para nossas crianças e para a autoestima da sociedade. Custou também a vida e os sonhos de 100 milhões de pessoas, vítimas de genocídio e da falta de liberdade. Herdamos a responsabilidade de encerrar essa utopia e aprender com o passado, documentando-o para que as próximas gerações saibam que está em suas mãos preservar a trajetória da humanidade. O mundo anseia por liberdade para continuar crescendo, além da economia e da política, refletindo os valores da sociedade, das famílias e das futuras gerações. Com o despertar intelectual, não há mais espaço para ditadores, e é preciso romper com a dominação cultural imposta. A mídia brasileira se recusou a noticiar a existência e as atividades do Foro de São Paulo, deixando o país preso em uma articulação criminoso envolvendo partidos de esquerda, jornalistas, o sistema de ensino, narcotraficantes e parte da elite financeira internacional. A facilidade com que os culpados evitam denúncias, rotulando-as como teorias da conspiração, é perigosa. O que se vê, no entanto, é uma vasta movimentação de recursos, poderes e organizações documentados — o inimigo invisível e onipresente, como sonhado por Antônio Gramsci (Brasil Paralelo, 2016).

Assim, observamos que o conteúdo audiovisual é efetivo na disputa de sentidos e na ressignificação da memória, principalmente pela possibilidade de se acessar alguns vídeos de forma gratuita.

Pesquisar o ambiente digital requer cuidados éticos e vigilância constante, tanto para garantir a fidedignidade dos dados, proteger os/as interlocutores/as diretos/as, quanto para garantir a segurança da pesquisadora e da instituição, especialmente em tempos de mídias digitais e ondas de *fake news*.

A reportagem “Justiça Paralela”, assinada por Juliana Sayuri (2021), demonstra que entre 2020 e 2021 a Plataforma BP mandou ao menos seis notificações extrajudiciais para acadêmicos/as e abriu outros seis processos judiciais contra editoras, sites e até a Wikimedia Foundation, que mantém a Wikipédia. Devido aos casos de notificações extrajudiciais, exigência de direito de resposta, cerceamento intelectual e perseguições a pesquisadores/as que estudaram o revisionismo e o negacionismo da BP, criamos estratégias para a análise e exposição dos resultados da pesquisa.

Além dessas questões éticas, podemos citar as precauções quanto à abrangência das informações que poderia dissuadir o/a pesquisador/a na sua delimitação do objeto, a distinta natureza das fontes, a opção pela anonimização dos/as interlocutores/as e o ataque às páginas pesquisadas. Tais elementos demonstram a multiplicidade de reflexões e mediações que envolvem a ética na pesquisa científica, principalmente envolvendo a Internet. Por isso, a necessidade de certificar-se criticamente em relação aos valores, princípios e direção sociopolítica que orientam a pesquisa.

A ética exige posicionamentos, escolhas e motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade e a capacidade teleológica dos indivíduos, portanto se faz cotidianamente e pode se objetivar por meio de ações motivadas por valores dirigidos à realização de direitos e conquistas coletivas capazes de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro (Barroco, 2005).

O estudo envolvendo a Internet gera questionamentos éticos e metodológicos que foram refinados na própria prática de pesquisa e no contato frequente com outros/as pesquisadores/as, estabelecendo um campo permanente de experimentações e invenções que não comprometem o rigor técnico e científico da abordagem.

Com o ato de investigar, conhecer, navegar, mapear e trocar experiências, percebemos que novas questões foram constantemente incorporadas e problematizadas no campo. Esse conhecimento advém da própria prática artesanal da pesquisa, oportunizando o surgimento de inquietações que sequer estão postas nos recentes documentos de ética em pesquisa na Internet. Principalmente porque a Internet não é algo dado, pronto e acabado, pois existem múltiplos usos e formas de materialização que não possuem fronteiras, sendo formatados a todo tempo.

Compreendendo os cuidados éticos como parte integrante do processo de pesquisa, destacamos que eles não devem ser encarados como um obstáculo ou um conjunto de regras rígidas e inflexíveis que enclausura o fazer metodológico, dado que, vinculados ao método de análise, são um aspecto situacional e relacional que diz respeito ao modo como

desenhemos a pesquisa, principalmente nos contextos digitais. São orientações amplas e dialéticas, mas indispensáveis ao nosso objeto de estudo, pois, além de não existir uma diretriz prévia para se lidar com a Internet, a abordagem dessa temática frequentemente envolve situações com as quais não tínhamos nos deparado até então.

### **Considerações finais**

No período histórico em que estamos situados, a tecnologia afeta diretamente o conjunto da vida social e incide fortemente sobre as profissões, seus objetos e áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos, suas funcionalidades, sendo legítimo e necessário o desvelamento da complexidade que a envolve para estabelecer estratégias sociopolíticas adequadas para responder às problemáticas emergentes.

Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social é hoje fundamental para apreender as várias expressões que assumem na atualidade, sua produção e reprodução ampliada, de modo a captar as múltiplas formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente oculta no cotidiano.

Nesse sentido, torna-se necessário contrapor-se aos monopólios digitais e à mercantilização, por meio da comunicação, diálogo e fortalecimento dos movimentos, a fim de disputar a hegemonia, em consonância com a radicalidade inerente ao Projeto Político-Profissional do Serviço Social. Para tal, é necessário entendermos que não se trata de um fim, mas de um meio de resistência ao neofascismo, às práticas antidemocráticas e à desinformação.

A análise crítica da Internet permite examinar como tais estratégias são utilizadas e direcionadas por diferentes grupos sociais e político-partidários que buscam manter e fortalecer as estruturas de poder existentes, bem como aqueles que lutam por transformações e projetos alternativos. Ao compreender o papel dessas ferramentas na sociedade capitalista, é possível revelar as dinâmicas de poder e as relações de classe que permeiam o seu desenvolvimento, uso e controle.

Essa abordagem crítica nos ajuda a transcender a mera aceitação passiva das tecnologias como neutras ou inevitáveis. Ela nos permite questionar como as TICs podem reproduzir e perpetuar desigualdades, opressões e exploração, mas também como elas podem ser apropriadas e utilizadas de forma emancipatória e transformadora.

Em tempos de massificação do acesso à conexão, tais problemáticas se colocam na ordem do dia para pensarmos as arenas políticas em disputa, sobretudo, os projetos societários de manutenção ou transformação da ordem societária.

Sabemos que o uso das plataformas digitais e o formato remoto repercutiram sobremaneira no fazer profissional e permitiram implementar um outro nível de precarização do trabalho, de acirramento das desigualdades e de crescimento do desemprego pela automação, fragilizando as relações trabalhistas, alterando os processos de trabalho, aumentando a vigilância e intensificando as demandas, diante da mercadorização e da crescente plataformização das políticas sociais.

Na dimensão formativa, é necessário reconhecer este lugar da Internet e ao mesmo tempo situá-la como local de conhecimento para a pesquisa com suas potencialidades e limitações. Sua incorporação deve ir além das técnicas de funcionamento operacional e das ferramentas digitais, de modo a contemplar a apropriação crítica e reflexiva dos significados e sentidos dessas tecnologias na sociedade contemporânea, a partir dos projetos societários em disputa e do próprio projeto profissional, especialmente, pela sua capacidade de mobilização e agenciamento de pautas políticas que impactam a dinâmica da luta de classes.

Temos que reconhecer o uso das plataformas digitais como aporte e contribuição na luta por direitos para fortalecer um projeto emancipatório, pois as TICs podem configurar um campo de ação política estratégica que perpassa a comunicação e linguagem, reivindicando a democracia, a proteção, a acessibilidade, a transparência e a autonomia — inclusive, para reivindicarmos a regulação das grandes plataformas, que invariavelmente, não se colocam a serviço da democracia.

Nessa perspectiva, precisamos de uma compreensão posicionada, sem subestimar, tampouco superestimar, o uso das TIC, dado que é um desafio posto na materialidade das relações cotidianas. Por essa razão, não podemos mais negligenciar esse debate no âmbito do Serviço Social.

## Referências

AOS FATOS. **Em 1.459 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.685 declarações falsas ou distorcidas**. 30 dez, 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BARROCO, M. L. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Ofício Circular nº 2/2021/CONEP, SECNS/MS**. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/oficio\\_circular\\_n.2\\_2021\\_a\\_mambiente\\_virtual.pdf](https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/oficio_circular_n.2_2021_a_mambiente_virtual.pdf). Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL PARALELO. Como identificar um falso conservador. **YouTube**, 2 jul. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FLt6c17U1FM>. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. Congresso Brasil Paralelo. **YouTube**, 2 out. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLNFF\\_uAYaVIPdZpGYvXP3hcf-IZr\\_Tow1](https://www.youtube.com/playlist?list=PLNFF_uAYaVIPdZpGYvXP3hcf-IZr_Tow1). Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL PARALELO. O papel de Olavo de Carvalho para o resgate do pensamento conservador no Brasil. **Redação Brasil Paralelo**, 27 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/o-papel-de-olavo-de-carvalho-para-o-resgate-do-pensamento-conservador-no-brasil>. Acesso em: 9 maio 2024.

COALIZAÇÃO DIREITOS NA REDE. **Liberdade de expressão on-line e o papel do Marco Civil da Internet**. Grupo de Trabalho sobre Liberdade de Expressão. Ford Foundation, 2019. Disponível em: <https://olma.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Liberdade-de-express%C3%A3o-online-e-o-papel-do-Marco-Civil-da-Internet.pdf>. Acesso: 14 jun. 2024.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes. São Paulo: Cortez, 1994.

FINGER, V. História, mídia digital e anti-ciência: a quimera narrativa do canal Brasil Paralelo. **História**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 83–104, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/13477>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FIOCRUZ. Comitê de Ética em Pesquisa. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). **Orientações sobre ética em pesquisa em ambientes virtuais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. (Versão 1.0).

FUCS, J. **A ‘máquina’ barulhenta da direita na internet**. Estadão, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/a-maquina-barulhenta-da-direita-na-internet/>. Acesso em: 10 maio 2023.

HINE, C. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. Tradução de Carolina Parreiras e Beatriz Accioly Lins. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, 2020. 256. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em: 2 set. 2024.

LINS, B. A.; PARREIRAS, C.; FREITAS, E. T. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1–10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181821>. Acesso em: 2 jun. 2022.

LOIZOS, P. Vídeo, filmes e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 7–30.

PEREIRA, C. P. Nova direita e política social: neoliberalismo, neoconservadorismo e a negação de direitos. In: GÓIS, J. B.; SOUZA, S. C. **Temas de política social: temas e discussões**. Curitiba: CRV, 2019.

PINHEIRO, P. Da utopia da participação global na Web 2.0 às fake news nas redes sociais: Uma discussão epistemológica para uma educação crítica. **Revista Linguagem em Foco**,

Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 9–28, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9347>. Acesso em: 18 fev. 2025.

RISK, E. N.; SANTOS, M. A. Estudos culturais, pesquisa qualitativa e mídias: critérios metodológicos para análise de dados audiovisuais. **Psicologia e Sociedade**, n. 33, e234657, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ByCvzBzKddTCjtTmDqFgkYy/>. Acesso em: 9 maio 2024.

SANTOS, M. A. M. B. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e guerra cultural: Brasil Paralelo e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016–2020)**. 2021. 147 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

SAYURI, J. Justiça paralela: Brasil Paralelo lança ofensiva judicial para calar críticos e reescrever a própria história. **The Intercept Brasil**, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/12/09/brasil-paralelo-lanca-ofensiva-judicial-para-calar-criticos-e-reescrever-a-propria-historia/>. Acesso em: 9 maio 2023.

SETÚBAL, A. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, M. L. (org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa 1).

VELOSO, R. O lugar das tecnologias da informação e comunicação no Serviço Social. In: VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (org.). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

ZANINI, F. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser ‘Netflix da direita’. Folha de São Paulo, 29 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Submetido em: 19/09/2024

Revisto em: 18/02/2025

Aceito em: 26/02/2025